

A ética cósmica de Bruno – uma aproximação

Prof. Dr. Joaquim Domingues

(Instituto de Filosofia Luso-Brasileira – Lisboa – Portugal)

montariol@netcabo.pt

Resumo: A noção de ética cósmica, consentânea à cosmologia, à antropologia e à teologia de Bruno, carece de formulação sistemática, no tom caracteristicamente profético do pensamento a que foi dando gradual expressão e num contexto cultural cujas marcas importa discriminar, tão empenhada foi a sua intervenção nos combates de uma fase de dramática transição social. Sem embargo da sua autenticidade, assaz vincada sempre e em especial na ‘Carta íntima’, com que abre o volume *A Ideia de Deus*, ela há-de ser entendida, contudo, no âmbito do processo de superação da modernidade, empreendido por uma linhagem de autores que, a partir da segunda metade do século XIX, respondeu aos esforços, sucessivamente frustrados, que a tentaram impor por via das instâncias políticas, sociais e culturais, alegando a urgência de inverter a orientação vigente até ao terramoto de 1755. A dinâmica e a dialéctica onde se insere esta noção, de sua natureza derivada, são indissociáveis, pois, tanto duma dimensão pessoal, como cultural e espiritual, que hão-de apreciar-se, não em função dos esquemas válidos para as sociedades de línguas francesa, germânica ou anglo-saxónica, mas antes numa linha de afirmação autonomista, cujo significado universal se patenteia nos cinco continentes, há mais de cinco séculos, com especial destaque para o Brasil, conforme ele mesmo mostrou. Em suma, a noção de ética cósmica só ganhará em ser considerada como tópico que, emergindo nas obras de Junqueiro, Bruno e Leonardo, por exemplo, mas a seu modo também nas de Vicente, Eudoro e Agostinho, se insere no processo da elaboração de uma ainda pouco definida mundividência, cujas virtualidades são no entanto promissoras.

Palavras-Chave: Bruno; Ética; Filosofia.

1. Considerações iniciais

A antiga, mas sempre atual prevenção de que resulta inútil, se não contraproducente, a discussão entre quem não aceita os mesmos princípios, aconselha a que comece por tentar definir o horizonte desta reflexão, em torno de um tópico um tanto arredado das correntes noções académicas, como julgo ser o de ética cósmica. Bruno, que viveu uma fase de difícil transição da vida mental, social e política portuguesa, não foi académico, nem se limitou a assimilar, melhor ou pior, as doutrinas contemporâneas ou pretéritas, antes se destacou como pensador original. Não isolado, porém; razão pela qual pode ser considerado o fundador da filosofia portuguesa, na sua fase atual; estando na gênese de uma linhagem de pensadores, que nele têm buscado inspiração para o desenvolvimento de um pensamento autónomo; sem o qual, aliás, seria vão pretender qualquer outra forma de autonomia.

Não lhe terá passado de todo despercebido que a decadência nacional, cujos sintomas alarmantes tinham começado a manifestar-se nos finais do século XVIII, ilustrando o tópico camonino de que *um fraco rei faz fraca a forte gente*, andava de par com a introdução entre nós das

mal chamadas *luzes*, entenebrecendo o País, a ponto de tornar impossível um mínimo acordo acerca dos aspectos essenciais da vida colectiva. Ora, a filosofia vitoriosa era um produto de importação, de que Vernei, sob anonimato e negando até à morte a autoria do *Verdadeiro Método de Estudar*, fora um aclamado protagonista ou, melhor, um agente introdutor. Como tantas vezes acontece, o fracasso pessoal, decorrente da incapacidade para levar a cabo o projeto apresentado em 1748 ao marquês de Valença, segundo o qual toda a sua faina culminaria num monumental tratado de teologia, saldou-se num inesperado sucesso político; como se pela sua pena tivesse falado um gênio do tempo.

Bruno, a quem o pai e a escola pública educaram na doutrina nova, que deveria libertar os homens de todos os males passados, teve a lucidez bastante para compreender o logro, que entretanto se avolumara e sistematizara sob a forma do positivismo, e a coragem, assaz rara, de arrepiar caminho, por conta própria. Homem superior como era, suportou as agruras de quem não podia apelar a um guia seguro e, para mais, reconhecido ele mesmo como guia por muitos contemporâneos, tinha a aguda consciência de como era estreito o caminho a trilhar. A minha convicção, na senda de José Marinho, Sant'Anna Dionísio, Delfim Santos e Álvaro Ribeiro, é a de que, sem ter concluído o edifício que ambicionou, ele continua a ser um luzeiro de primeira importância e um desafio para quem queira segui-lo, na demanda do que podemos chamar o espírito da cultura portuguesa; meta tão longínqua como urgente, para definir até as orientações imediatas e pragmáticas da república, que é como quem diz, do povo português.

Para tal importa, no entanto, retomar a noção, nele assaz viva, de que nenhum protagonismo pessoal vale a responsável assunção do património de conhecimentos, valores e criações que formam o pecúlio acumulado no passado, em prol do futuro. Motivo da forte relação que manteve, ao longo de toda a vida e apesar das muitas desilusões, com a realidade física, humana e espiritual, em todos os planos, desde o familiar ao nacional e universal. Consciente do seu valor pessoal, mas também dos seus limites; do que lhe cumpria fazer ou promover e de quanto o ultrapassava a tarefa imensa.

Concebendo-se como elemento ativo de um todo dinâmico, pensou a sua obra como contributo para uma tarefa coletiva, para a qual todos são convocados, a começar pelos mais próximos, como foi, sem dúvida, Guerra Junqueiro. Para além do que está atestado na correspondência epistolar, as páginas impressas que lhe dedicou testemunham, mais do que a amizade, uma convergência de perspectivas, que por certo muito deveu ao franco diálogo de dois espíritos superiores, mas abertos e sinceros. Quero com isto dizer que nos juízos públicos acerca de

Junqueiro está implícito um processo partilhado por ambos, mas de projeção muito mais ampla, tanto entre os contemporâneos como nas gerações seguintes, até aos nossos dias.

Não sendo este o ensejo para considerações demoradas, ainda assim vem ao lance dizer que a noção de ética cósmica, aplicada por Bruno a Junqueiro, sendo também adequada a qualificar o seu próprio pensamento, melhormente se entenderá no âmbito do que alguns têm designado como as teses da filosofia portuguesa. Arguir que se trata de uma questão polêmica, nada monta para o caso, pois nunca tal foi ou poderá ser obstáculo à legítima indagação da verdade, formulada em teses, demonstradas em teoremas e sujeitas à dialética das antíteses e eventuais sínteses. Ora, se há um pensamento implícito nas mais autênticas, constantes e elevadas manifestações da nossa cultura, formulável em termos especulativos, nele se inclui uma ética ou moral cósmica, isto é, um conjunto de noções acerca da ação humana, onde avulta a sua responsabilidade face a toda a criatura, se não mesmo ao Criador.

Com efeito, muitos são os que têm apontado como traço da nossa índole uma especial afeição pela natureza, animada e inanimada, patente na literatura popular e erudita, desde a medieval à clássica, mas também nas demais artes e até na paisagem, afeiçoada pelo homem; de acordo com a doutrina aristotélica, segundo a qual a arte aperfeiçoa a natureza, ou a imita, na acepção de que procede como ela e não contra ou em detrimento dela. E em sintonia com a tradição religiosa, onde escasseiam os traços de rigorismo, ascetismo e dualismo, em favor de um misticismo difuso, sem pronunciada solução de continuidade em relação ao viver corrente; profano, sim, mas conforme à norma sagrada. Tal qual a etimologia ensina, no entendimento de que *pro-fano* se diz do que está *diante do templo*; ou seja, não apenas à vista dele, mas com vista para ele, por ele alinhado ou ordenado.

2. Bruno e Junqueiro

Que Bruno e Junqueiro são as duas colunas que sinalizam uma via de reencontro com a tradição portuguesa, a qual, através de Leonardo Coimbra e dos seus discípulos, chegou até nós, é noção que radica em Álvaro Ribeiro, designadamente nas páginas de *A Arte de Filosofar*. Assim se compreende que, apesar de terem sido das mais influentes personalidades do movimento republicano, se tivessem demarcado da orientação imposta à vida pública após o 5 de Outubro; e que os aspectos mais elevados, fecundos e originais do seu pensamento tivessem sido menosprezados e mesmo contrariados pelos representantes do poder intelectual, cuja orientação era manifestamente estrangeirada. Se só nos finais do século passado começou a ser efetivamente

reconhecido nos meios acadêmicos o valor da obra de Leonardo Coimbra, ainda hoje persiste a resistência ao pensamento especulativo de Bruno e de Junqueiro.

Ora, a razão dessa atitude é a mesma que explica o lugar de primeira importância que tiveram na Renascença Portuguesa e na linhagem espiritual dela derivada, cujo móbil primeiro se cifra na busca do princípio de autonomia que, explicando o passado, ilumina o presente e aponta as vias do futuro. Daí a divergência com os valores da cultura oficiosa, veiculada pelas instituições, programas e personalidades representativas do Estado, cujo escopo, há mais de dois séculos, consiste em moldar a realidade portuguesa segundo os padrões da modernidade, definidos pelas culturas do Centro e do Norte da Europa. Orientação estrangeirada mantida com tal persistência que nem mesmo os ‘vencidos da vida’ se deram por convencidos, não obstante o quanto temos sofrido, em nome das ficções e das ilusões semeadas.

Se Castilho, Garrett e Herculano ainda podem ter experimentado e compreendido o que Bruno significou no termo moral cósmica, de todo o não entenderiam decerto os homens da chamada escola coimbrã, cujo alimento intelectual eram as edições francesas, chegadas em caixões pelo caminho de ferro. De modo que se ele, como Junqueiro, não menos lidos e informados, quiçá até mais, do que os afamados cultores do pessimismo nacional, seguiram outra via, só pode ter sido pela graça de uma mais alta e melhor inspiração, como a de homens de gênio que eram. Do mesmo gênio que animava o povo, que neles se reconheceu; do gênio que presidira à vida portuguesa, antes que o terramoto tivesse derruído o antigo edifício.

Com efeito, o diagnóstico estabelecido por Ramalho, Eça, Martins, Teófilo ou Antero, tingido pelas negras cores de uma sociedade em crise, resultava de uma teoria da história portuguesa, que não passava de mera adaptação das que tinham lido na tal literatura importada, mormente do século XVIII; talvez válida para franceses, alemães ou ingleses, porém de todo inadequada à nossa realidade. Como é sabido os ‘filósofos’ que prepararam, justificaram ou admiraram a Revolução Francesa, atribuíam à Igreja o grosso das culpas assacadas ao Antigo Regime, advogando o individualismo da liberdade e da igualdade; onde sempre faltou, porém, a fraternidade, mas sobrou a demagogia e até a tirania, exercida em nome do povo. Foi essa a receita aplicada entre nós, no rescaldo das invasões francesas, pelos que, seguindo as pisadas dos depredadores, elegeram a Igreja como inimigo principal, na certeza de que, perante o desgaste da nobreza e a debilidade da monarquia, nela residia o principal reduto da ordem a abater.

Se Herculano fora educado pela Congregação do Oratório, Garrett e Castilho tinham recebido ainda uma medíocre educação religiosa, razão pela qual, cada um a seu modo, não

deixaram de verberar o descalabro espiritual e moral, muito mais grave do que o econômico e político, que se tinham abatido sobre o País, contra tudo o que eles esperaram da revolução liberal. A geração coimbrã seguinte, porém, tinha cortadas quase todas as pontes com o passado, que não soube interpretar senão pela cartilha importada, sem compreender as queixas da primeira geração romântica. As causas da nossa decadência só podiam, pois, a seus olhos, ser o resultado de nos termos mantido fiéis aos valores tradicionais, impugnados pelas várias reformas protestantes, num processo em que à subjetivação ou individualização dos valores morais se contrapunha a objetividade e necessidade do conhecimento científico.

Foi nesse contexto que Guerra Junqueiro, num arranque de admirável originalidade, encontrou a via que o identificou com um fundo arcaico, imemorial, a que ninguém dera ainda cabal expressão, e o abriu a uma metafísica, cientificamente atualizada, que paulatinamente o aproximaria da tradição cristã. A dificuldade em compatibilizar a sua evolução pessoal com a ideologia professada pelos dirigentes republicanos, afastando-o do poder, aproximou-o ainda mais de Bruno, que seguia em direção convergente. Daí que este fosse quase o único a sublinhar o excepcional valor da sistematização filosófica que o amigo foi elaborando ao longo de decênios e permanece ainda hoje quase de todo inédita, a confirmar que, no essencial, a vida mental portuguesa pouco alterou o incharacterístico perfil dos dois últimos séculos.

É significativo que, órfão de mãe desde menino e cedo emancipado da tutela paterna, o futuro bacharel em Direito tivesse começado por matricular-se, dos quinze para os dezasseis anos, na Faculdade de Teologia, decerto pensando na carreira eclesiástica; sendo certo que, para além da invulgar veia poética, a curiosidade científica e filosófica foi o traço que mais o destacou entre os colegas coimbrões. Pela bibliografia se constata que o problema, o enigma e o mistério do mal foi sem dúvida o principal motivo de reflexão para o autor de *A Velhice do Padre Eterno* e *A Morte de D. João*. E que a justiça constituiu porventura o valor supremo, a que aspirava o homem inconformado que, não obstante o prestígio social, o desafogo econômico e o conforto afetivo de que gozava, se distinguiu como um formidável lutador.

A julgar pelo pouco que sabemos, um dos nós da metafísica junqueirina resultava de que, aceite a onipotência divina, não via como escusar o Criador da responsabilidade pelo mal que afeta as criaturas. A qual assumia feição perturbante, já que, não sendo por certo gratuita, significava que o Ser Supremo se alimenta do mal das criaturas, consumidas em holocausto ao seu engrandecimento, ao seu aperfeiçoamento, à sua plenitude. Assim, o frustrado sacerdote chegara a uma teologia que, invertendo o credo cristão, fazia da humanidade e de todo o universo os

verdadeiros redentores de uma divindade que, na sua imperfeição, espalhará o mal por toda a parte:

*A inextricável, a infindável teia
Do sonho do universo em luz urdida,
Em luz vislumbra e misteriosa ondeia...*

*Suspensa em luz, da mesma luz nutrida,
Vai para Deus rolando eternamente
A dor, na eterna evolução da vida...*

*Homem, nuvem, granito, onda, serpente,
A rocha, o ar, o abutre, a folha d'hera,
O mundo, os mundos, tudo que é vivente,*

*Do lodo à águia, do metal à fera,
Da fera ao anjo, do covil à cruz,
Move-se tudo, existe e reverbera,*

Sonhando, amando, palpitando em luz!...

[...]

*E o coração a arder, que das alturas
Manda perpétua luz às criaturas,
Vive às escuras!*

[...]

*O seu tormento é o nosso alento,
Sua paixão cruel e dolorida
A nossa vida.*

Bendito seja! Bendito seja!

*Bendito o mártir, cujo sangue a flux
Alaga os mundos de marés de luz!*

[...]

*Bendita a morte, em cuja essência etérea
Ondula para Deus nossa miséria!
(Oração à Luz, Porto, 1904, p. 12-15)*

Face a tão ousada concepção do drama universal, cujo protagonista se desentranha num mundo em que sofre e faz sofrer, num calvário absoluto, de que pende a sua plenitude e perfeição, afiguram-se mais comedidos o anticlericalismo, a crítica social e política, que ao tempo tanto brado deram, por afrontarem as normas consuetudinárias, é verdade, mas também porque escaparam à generalidade dos admiradores as discretas alusões a essa insólita metafísica. Ela era, porém, assaz contagiosa ou menos exótica do que parecia, não sendo forçado ler em algumas páginas de Antônio Patrício, de Raul Brandão ou de Teixeira de Pascoaes, entre outros, a expressão dramatizada, ficcionada ou lírica de visões muito próximas. Nas quais o mal, mais pungente por certo na sociedade humana, afeta no entanto todos os seres, que, desde o mais elementar, estão animados de um princípio ou esboço espiritual, que os move ao sacrifício em prol das formas superiores de

existência, culminantes em Deus.

Há, assim, uma moral ou ética cósmica, brotando da própria essência dos seres e irmanando-os num devir universal, cujo termo é a Suprema Unidade; cuja plenitude gozarão, enfim, visto nela encontrarem o destino e o fim do movimento. De modo que, encarado a partir da finalidade, o mal como que se desvanece, transfigurado e absorvido no Sumo Bem, a que abriu caminho pelo sacrifício. O que, se de algum modo explica a realidade do mal, não deixa de ser perturbante, mesmo no contexto das filosofias do seu tempo.

Não obstante haver razões para supor que Junqueiro as conhecia razoavelmente bem, de modo algum se pode explicar pela mera assimilação de leituras, mais ou menos dispersas, uma teorização que, apesar de ele mesmo a considerar não de todo satisfatória, tinha por original, consistente nas suas linhas gerais e demonstrada em muitos passos dela. O fato de ter encontrado eco, paralelos ou afinidades nas obras de alguns contemporâneos significa que ela correspondia a um ambiente mental característico, de que as criações artísticas oferecem o melhor elaborado e autêntico testemunho. E como o filosofar não está vinculado a gênero literário algum, nem sequer à expressão escrita, sendo possível descobri-lo onde menos se esperaria, já em 1906 Leonardo Coimbra, estudante ainda, o relevava no poeta consagrado, que alguns sectários julgavam estar então ‘por baixo’, ‘esgotado’, ‘até *carola*’:

A Oração à Luz é um evangelho de *Moral Cósmica*. Não é uma doutrina de filosofia hirta, é um panteísmo transcendente em que as coisas são vivificadas pelo sentimento. É o socialismo universal comungado no Amor. O socialismo humano é um egoísmo zoológico, o socialismo terrestre um egoísmo cósmico, só o socialismo universal é verdadeiro, absoluto, perfeito (*Obras Completas*, I, tomo I, IN-CM, Lisboa, 2004, p. 82)

O trecho, com a nota crítica ao rígido formalismo acadêmico, de que o filósofo criacionista sempre se distanciou, vale sobretudo pela perfeita inteligência de um pensamento cuja altura o contagiou, a ponto de o glosar com expressões onde também a forma artística e o conteúdo especulativo se casam harmonicamente: “Um sonho que morre é uma estrela que nasce. Transformação eterna, vida eterna: órbita – Infinito, foco – o coração.” (*Ibidem*, p. 83) Como se, em face de tão subida manifestação espiritual, como é a *Oração à Luz*, vibrassem todas as almas onde ressoava o gênio comum, de que Teixeira de Pascoaes seria o principal arauto na Renascença Portuguesa.

Desde muito cedo, com efeito, o poeta amarantino dava expressão ao que Leonardo chamava um panteísmo transcendente e Pessoa designará como transcendentalismo panteísta; uma

religiosidade cósmica, onde ecoam vivências remotas, arcaicas; da estirpe da de Junqueiro, mas de um sombrio tom magoado. Assim, no volume *Sempre*, cuja primeira edição é de 1898:

*A dor é a Mãe de tudo!
A Virgem Mãe de seios espectrais...
E aquilo que parece eternamente mudo
É o que em segredo eterno sofre mais!
[...]
Em tudo quanto vive, há o murmurar
Duma prece que foge para os céus...~
E em tudo nós sentimos palpitar
O coração de Deus...
Por isso, para mim este alto monte
É um místico altar...
São branco incenso as nuvens do horizonte
E a luz da Graça é a luz deste luar...
(Obras Completas de Teixeira de Pascoaes, p. 123 e 131)*

Como em muitas outras páginas, designadamente naquelas em que se irmana com as árvores e até com o madeiro do Gólgota:

*Como eu vos amo,
Minhas irmãs em Deus! Se vos consomem
As dores mais cruéis e mais profundas,
E é certo que sofreis mais do que um homem!*

*E como Cristo e a Virgem Dolorosa,
Sofreu a cruz, sentindo em si pregado
Aquele Corpo enorme e redentor,
Sem que ela, a pobre cruz, tivesse culpa!*

Ou quando evoca a velha casa, animado por um sentimento, que tudo vai penetrando:

*Amor que tudo vai anuviando.
O nosso sentimento que já foi
Terra e céu, mais perfeito e cristalino,
Regressa ao Grande Espírito que assim
Cada vez é mais alto e mais divino...
[...]
Nosso perfil é triste nevoeiro
Que se esvai, de repente! E nosso amor,
Tudo o que de mais profundo e verdadeiro
E claro em nós existe... ainda é noite!
[...]
E um sentimento incerto, ainda indeciso
Da alma universal, a alma humana.*

*E o dia é noite ainda... E o nosso espírito
Um brando lusco-fusco amanhecendo...
E o mundo um negro caos, matéria informe...
E o próprio Deus é ainda adolescente...*

Numa visão em que o presente constitui um passo apenas do misterioso processo, que se indefine com a distância, mas onde tudo participa num drama de dimensão escatológica:

*A Criação é sombra, é nevoeiro
Que dimana de Deus, e enche o Infinito...
E onde ele está presente e verdadeiro,
Tal como nosso corpo em nossa sombra.*

*Deus sofre no Universo; e nele está
Pregado e ensanguentado; e os astros são
Os cravos que o sustentam sobre a Cruz,
E seu Corpo divino é escuridão!*
(TEIXEIRA PASCOAES, 1907, p. 18, 42-43, 46 e 196-197)

3. O pensamento ético de Bruno

A *Oração à Luz* fora publicada em 1904, na sequência de *A Ideia de Deus*, de Bruno, saída em 1902; os dois marcos maiores na obra dos autores e o ponto mais alto do diálogo que mantiveram ao longo da vida; duas obras-primas da literatura portuguesa. O jovem Leonardo, que se distraíra quatro anos em Coimbra e gastara mais dois para se desiludir da carreira naval, matriculara-se em 1905 na Academia Politécnica do Porto e, recém-casado, encetara o novo e decisivo rumo da sua vida, intimamente associado ao ambiente mental da cidade, onde viria a revelar-se personalidade primacial. É pois significativo que o já citado artigo de estreia como pensador, onde há discretas alusões a Bruno, exalte a “vertiginosa ascensão espiritual” de Junqueiro, em cuja obra vê a “imortalidade da matéria irmã soluçando desesperos, cantando esperanças, semeando luz, germinando dores”.

Muito diferente do seu ‘lirismo metafísico’ era, contudo, o registo do autor de *O Encoberto*; lento e divagante umas vezes, em estilo gnômico outras, amiúde erudito, com frequência direto, de recorte jornalístico; sem embargo de convergir para o que Leonardo designara como ‘socialismo universal’ e melhormente virá a pensar na categoria da relação. De acordo com os traços característicos da nossa ideação, em cujas mais autênticas manifestações avulta a tendência para relativizar as diferenças, integrar as parcelas e reunir o disperso; abatendo as fronteiras, ultrapassando os limites e descobrindo as naturais afinidades. O que, por sua vez, corresponde à teorização que Bruno deixou esboçada em *A Ideia de Deus*, sob a forma de doutrina da reintegração universal, onde o movimento de aperfeiçoamento, depuração e harmonização envolve todos os seres, sem excepção.

O livro culminou um longo e complexo percurso, cujo principal interlocutor explícito foi

Pedro de Amorim Viana, professor de matemática e filósofo racionalista, personalidade insólita, da velha geração liberal, cuja difícil amizade granjeara, muito novo ainda. A linhagem metafísica do autor da *Defesa do Racionalismo ou Análise da Fé* remontava a Descartes, através de Leibniz e de Newton, não dissentindo, no essencial, da que estruturara a reforma pombalina dos estudos; de modo que a surpresa com que a obra foi acolhida, deveu-se menos à singularidade das teses, bem argumentadas e assaz equilibradas, face ao que já então circulava nos meios intelectuais e acadêmicos, do que à sua gênese. Com efeito, o livro, escrito sob a pressão dos amigos, que admiravam o saber do exótico professor, não tinha antecedentes na nossa literatura, como não teve continuadores diretos; sendo difícil apontar-lhe paralelos noutras manifestações da nossa vida mental.

Ao invés, as doutrinas de Bruno podem considerar-se sintomáticas da emergência de um pensamento que, para além das marcas do tempo e da índole pessoal, dava expressão a tendências implícitas, como que adormecidas ou virtuais, da cultura lusíada. O facto de terem encontrado eco, correspondência ou paralelo na obra de outros, mormente de homens tão representativos como Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes e Leonardo Coimbra, só pode confirmar esta convicção; explicando, por sua vez, a receptividade da Renascença Portuguesa, porventura o movimento da maior autenticidade, mais ampla aceitação e duradoura repercussão do século XX.

São inegáveis as afinidades entre Junqueiro, Bruno e Pascoaes, ao conceberem a totalidade do real em processo de convergência para a unidade; não em nome de princípios abstratos, científicos ou metafísicos, mas de acordo com uma perspectiva religiosa que, se recebe luz da tradição cristã, remete para origens mais remotas, ainda não perfeitamente assimiladas. Ora, no que eles estão concordes entre si e com outras eminentes manifestações do espírito pátrio é em nada ficar excluído do processo redentorista em que se cifra a história universal; conforme a metáfora pascoalina do ‘regresso ao Paraíso’, na perfeita harmonia das criaturas e do Criador. Concepção por Bruno designada como de reintegração no homogêneo, culminando um movimento que, envolvendo o Espírito Puro e Onisciente, mas diminuído na potência, passa pela redenção da natureza decaída, o ‘socialismo universal’, na oportuna expressão leonardina, ou seja, a livre harmonia de todos os entes.

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, dada a feição demasiado sintética dos passos capitais do livro, Bruno foi tão ousado no plano especulativo como prudente e, em certos aspectos, conservador até, no da ação, consciente como estava do longo e penoso caminho a percorrer, precisamente por envolver todos os seres e as suas relações; portanto, irredutível ao fácil

voluntarismo, para não falar no ilusionismo de quem toma os desejos por realidades. Nem de outro modo se conceberia que pudesse ser, tendo em atenção a misteriosa gênese de tudo, que terá afetado a própria onipotência divina; catástrofe cuja natureza é impenetrável à nossa razão, aliás tão diminuta, que apenas lhe é dado reduzir passo a passo o erro, sem lograr alcançar a verdade. Daí a atitude, só na aparência paradoxal, de o intenso empenhamento na vida pública, intelectual e política, a par do permanente cuidado com a vida familiar, ser compatível ao notório desprendimento do filósofo pela afirmação pessoal, mesmo no plano especulativo.

A noção de que a existência pessoal se insere num processo, que muito a ultrapassa, mas, determinando-a, dela espera uma participação ativa e singular, surgiu muito cedo na sua mente, motivada pelo exemplo paterno, como do de outras personalidades que conheceu de perto, no meio portuense, então por certo o pólo mais dinâmico da sociedade portuguesa. Essa dimensão ética e política, espelhada no percurso biográfico, mormente durante o penoso exílio, que sofreu entre 1891 e 1893, carecia, porém, de adequada teoria, que não achava, satisfatória, nem nos mais conspícuos autores, cujos acertos havia que reponderar. Para mais, desde que, por motivos que manteve secretos, rompera, num ímpeto, de que resultara o infeliz livro de estreia, com a tradição religiosa, profundamente vivida, que recebera por via materna, conforme confessou numa página amarga (*Dispersos. I*, IN-CM, Lisboa, 2008, p. 104-105).

Não há, a bem ver, clara filiação do pensamento que Bruno verteu nos seus escritos, tanto mais enigmáticos quanto mais sobe o plano do discurso, em qualquer definida tradição intelectual, filosófica ou religiosa vigente no seu tempo. De todas colheu o seu quanto, em vista de uma síntese, que não chegou a redigir, por razões que nos escapam; embora se saiba que por alguma insegurança também, pois temia ter de voltar atrás, tarde demais. Sabemo-lo por Teixeira Rego, amigo próximo, mas de outra geração; um dos que, com Aarão de Lacerda e Leonardo Coimbra, por via da Renascença Portuguesa e da Faculdade de Letras do Porto, formaram a plêiada daqueles a quem devemos os primeiros esforços sistemáticos para dar expressão filosófica atualizada ao espírito implícito nas manifestações da nossa vida coletiva, cuja autonomia fora posta em causa entre os finais do século XVIII e os inícios do XIX.

Nem Bruno, nem Junqueiro se moveram por razões de ordem meramente intelectual, no quadro das correntes estéticas e de ideias contemporâneas, estudadas pela sociologia da cultura. A sua demanda teve carácter vivido e vital, de intenção pessoal e social, motivada sobretudo pelo drama que o País vivia. Numa atitude que explica o especial vínculo que com eles mantiveram Sant'Anna Dionísio, José Marinho e Álvaro Ribeiro, sobretudo, enquanto herdeiros de uma

linhagem que, nem por ter emergido recentemente, deixa de valer como via para desvendar os arquétipos ou os arcanos de uma cultura com identidade própria; sem embargo dos paralelos, influências e afinidades com outras tradições, que não põem em causa o caráter próprio, lusíada.

Há, na verdade, o seu quê de estranho nas atitudes que significam desprezo pelos valores próprios, atribuindo aos Portugueses um tão inexplicável como injusto estatuto de minoridade. Seja precisamente nesse aspecto da íntima e suma responsabilidade que cabe ao homem, a cada homem, singularmente e no âmbito da colectividade de onde emergiu, de contribuir não apenas para a evolução dos seus irmãos, como de todos os seres criados, cujo domínio lhe foi confiado, segundo a tradição bíblica; não para benefício egoísta, antes para o bem maior de todos, incluído o Criador. Doutrina sublime, correspondente à espontânea atitude religiosa do povo, dos pobres ou dos simples, tais como Junqueiro no-los revelou e como ainda hoje os encontraremos, porventura, onde quer que o espírito lusíada lançou raízes, para dar flores e frutos. Como nas Terras de Vera Cruz onde, desde a carta de Pero Vaz de Caminha, encontrou fértil terreno o sonho paradisíaco da universal reconciliação, da Paz que, conforme lemos nas derradeiras linhas de *O Encoberto*, será a palavra significativa da vindoura harmonia entre todos os seres.

A sintonia entre os nossos filósofos e poetas não se explica, pois, pelo esquema das influências literárias, tão distintos são os caminhos seguidos por cada um; com matizes que, sem embargo de indiciarem o ambiente espiritual comum, garantem a sua autenticidade. A criação culminante de Junqueiro, a derradeira que completou em verso, veio a lume aos cinquenta e quatro anos, passados quarenta sobre os primeiros versos e após a crise espiritual testemunhada nas páginas finais de *Os Simples*. A de Bruno foi publicada aos quarenta e quatro anos, em plena maturidade; qual promontório de onde se avistam os lineamentos de uma evolução, marcada pela simetria entre o princípio e o fim, separados e ligados por um longo processo ascensional, envolvendo todos os seres, sob um princípio unificante:

No princípio era a Perfeição, o espírito homogêneo e puro. No segundo momento, mercê do efeito dum mistério, temos o espírito diminuído e a seu par a diferença que se tornou heterogênea, isto é, o mundo. No terceiro momento, reintegrar-se-á o espírito puro, pela absorção final de todo o heterogêneo. Assim, três são os instantes supremos do crescimento. Um: é o espírito homogêneo e puro, que foi e há-de voltar a ser. Eis o ponto de partida e eis o ponto de chegada. Outro: é o espírito puro mas diminuído atualmente, pelo destaque separativo do universo. Enfim, o outro ainda: é esse universo, que aspira a regressar ao homogêneo (BRUNO, 1902, p. 460).

Processo no qual conspiram todos os seres, pois

nesta convergência do átomo com o mínimo infinitésimo da consciência para a resolução na consciência absorvente, a energia própria do átomo em suas conglomerações (até à célula, até ao tecido, até ao órgão, até ao animal, até ao espírito humano, até à função social) não é bastante. A evolução orgânica, a superorgânica e, enfim, a hiperorgânica (a superorgânica em segunda potência, a transcendental) não poderiam prosseguir e ultimar-se, se o espírito diminuído mas puro não acudisse continuamente ao espírito alterado, que ansiosamente busca sua libertação (*Ibidem*, p. 463-464).

Não conhecemos os pacientes estudos com que Junqueiro argumentou, a partir da ciência contemporânea, a tese de que já no átomo há um princípio de consciência, de natureza moral, que determina os movimentos elementares, mas dir-se-ia que Bruno, neste ponto, fiou do amigo a demonstração. Como ele também convencido de que “o desfecho e remate do homem não é gozar, repita-se. Se o mundo não existe para que o homem o saiba, odioso seria fantasiar que o universo continua subsistindo para que o desfrute o homem. Este erro antropocêntrico é a imoralíssima moral dos filósofos evolucionistas, aqueles aliás que mais bradam a advertir-nos da ilusão antropocêntrica, quando perante eles o problema pendente se manifeste teológico ou metafísico.

O fim do homem neste mundo é libertar-se a si, libertando os outros seres. A libertação, porém, não é a extinção da vontade de viver, como impiamente o proclama Hartmann. É a afirmação da vontade de viver, diferentemente, superiormente; não absolutamente na bem-aventurança parcelarista, porque então seria querer o infinito no finito.

Esta bem-aventurança particular seria ainda um mal, pois que o mal é a “afirmação do individualismo persistindo, rebelde à absorção final.” (*Ibidem*, p. 468)

Digno de sublinhar-se é este conceito de que o mal reside no que separa e divide, com a parcialidade obstando à convergência ascendente para a suprema e universal harmonia. Por isso,

A moral religiosa é falsa, porque é a moral do indivíduo. A moral filosófica, à maneira materialista, positivista, evolucionista, livre-pensante, é falsa, porque exclui os animais. A moral ascética é falsa, porque exclui as coisas.

O ascetismo e o abandono são falsos, porque importariam ou a salvação pessoal ou, tão-só, sectarista. A não resistência ao mal é falsa, porque, precisamente, eliminar o mal é o fim do homem, único e supremo (*Ibidem*, p. 469-470).

O fim único e supremo do homem é, pois, eliminar o mal; onde quer que se encontre, designadamente na natureza, conforme a inspirada palavra de Novalis, que “vai até o fundo do fundo do abismo”: *O fim do Homem é ajudar a evolução da Natureza.*

Ponto em que traz à colação o amigo:

O nosso grande poeta Guerra Junqueiro, atingindo a maturidade da

razão adulta, revelou-se uma mui rara intuição filosófica, tornando incisivo o pensamento metafísico, que nele é sempre profundo, mercê da nítida fragrância duma imaginação igualmente opulenta na concepção e na expressão. Conexo com a interpretação do pecado original... de Deus, com a definição imprevista do Demônio, Guerra Junqueiro ascendeu a culminâncias transcendentais em sua doutrina da moral cósmica. Assim, é legítima a ansiedade que se consagre ao aparecimento do volume em que vem arquivando as suas longas meditações (*Ibidem*, p. 470-471).

Ansiedade que tende a esvaír-se, com o inexorável curso de tudo; já que, na nossa inófia, como adormecidos, nem damos conta de haver mais mundos:

Quantos mundos, melhor dotados do que o nosso, alcançaram já de todo a sua liberdade; quantos findaram já, ao menos, o drama da sua paixão; a quantas consciências ascendentes seria dado o expiar de seus trabalhos, quando o homem ainda só a meio da montanha é que rola o bloco enorme de sua culpa! Espírito atenuado, por quanto derivado tempo ainda?! Espaço alterado, como tarda a arrastada duração! (*Ibidem*, p. 479-480).

Concluindo um livro que ainda hoje permanece quase cerrado, o filósofo sublinha de novo a importância da dimensão gnóstica; pois não basta “só o conselho moral”; “Germinal agora só o Racional.” Para acrescentar, no mesmo tom sentencioso: “Filosofia: amor de saber; amor de saber: amor-temor de Deus. O santo tem de ser o sábio. A prática não é de boas obras, mas de bons pensamentos.”

Anunciando, numa impressiva imagem: “Será triste e sábio, claro e subtil, o Paracleto, o consolador”; de quem ele não verá, de seus olhos terrenos, o “jorro de luz cujos eflúvios serão o baptismo espiritual dos vindouros, o esplendor genético da verdade.” (*Ibidem*, p. 482)

Mal se entenderá o pensamento de Bruno, como é evidente, isolando-o do conjunto dos contemporâneos, companheiros e amigos com os quais manteve mais estreitas relações, com destaque para Guerra Junqueiro. O momento histórico era especialmente complexo, pelo que não são de estranhar as divergentes leituras que dele se fazem, subestimando amiúde as vertentes espirituais, como se fossem acessórias das questões políticas, econômicas e sociais. Importa por isso lembrar que o último escrito conhecido do autor da *Oração à Luz*, datado de 1923, oito anos após a morte de Bruno, registra precisamente a sua derradeira resposta às posições do amigo, reconhecendo enfim não poder atribuir-se a Deus a origem do mal:

O problema do mal só se resolve pela teoria da queda aplicada, não como é corrente ao homem, mas ao universo: ao homem, aos animais, às plantas e à natureza. Deus, *perfeição infinita*, Bem absoluto não pode criar o mal. É impossível harmonizar os dois termos: o mal

criado pelo Bem absoluto. Ao cabo de longas meditações e hesitações adotei definitivamente a teoria da queda. Deus criou as almas (mônadas) no estado de pureza. As que pecaram ou pecam degradaram-se ou degradam-se. É a origem da matéria. [...] A evolução é o regresso à pureza divina, pelo amor e pela dor, pelo sacrifício (GUERRA JUNQUEIRO, 2003, p. 40-41).

4. Considerações finais

Sumariando o fruto das longas meditações, diálogos e debates, onde se confrontaram alguns dos mais altos expoentes da cultura portuguesa de há um século, importa não encerrar estas linhas sem notar que em qualquer dos casos, fosse o de Bruno ou os de Junqueiro, Pascoaes e Leonardo, a doutrina moral se não entende fora da arquitetura, mais ou menos elaborada, de um sistema filosófico, com sua antropologia, cosmologia e teologia. Motivo pelo qual se justificaria talvez preferir o termo ética ao de moral; mais adequado este para designar as normas consuetudinárias, validadas pela tradição cultural; se bem que as fronteiras entre a moral e a ética estejam em qualquer caso longe de ser nítidas. Também neste domínio importa atender à situação do filósofo, que não pode alhear-se do tempo e do lugar, assumindo a sua responsabilidade perante os outros seres, o seu próximo.

Se há domínio em que são evidentes as implicações religiosas do filosofar é no dos valores éticos ou morais; tão certo é que a noção de moral laica está indelevelmente associada à cisão protestante, cujo sistema de valores moldou a modernidade europeia. Ao substituir a teologia pela metafísica, dando lugar a um regime de dupla verdade, subjetiva e objetiva, impulsionou a dissociação dos domínios material e espiritual; contra a doutrina canônica da união substancial do corpo e alma, que a muito erudita *Apologia do Cristianismo*, por Francisco Hettinger, traduzida pelo Conde de Samodães, lembrava, quando entre nós o tema começava a ser retomado (Porto, 1876, tomo I, p. 243 e 293). Que a Europa do Centro e do Norte se tivesse afastado das verdades tradicionais, de modo algum as derogou, pelo que se justifica que continuassem a ser professadas entre nós; e a seu tempo reemergissem entre os que Sant'Anna Dionísio crismou de teólogos laicos, pelo fato de não pertencerem à hierarquia eclesiástica; sem por isso deixarem de ser, na melhor acepção do termo, pensadores religiosos.

Referências:

BRUNO. *A Ideia de Deus*, Porto, 1902.

GUERRA JUNQUEIRO. *Oração à Luz*. Porto, 1904.

_____. A Unidade do Ser (Resumo completo), *Teoremas de Filosofia*, Porto, n.º 8, p. 40-41, Outono de 2003.

LEONARDO COIMBRA. *Obras Completas*, I, tomo I, IN-CM, Lisboa, 2004.

TEIXEIRA DE PASCOAES. *As Sombras*. Lisboa, 1907.

_____. *Obras Completas*. introdução e aparato crítico por Jacinto do Prado Coelho, v. 1, p. 123 e 131.

Cosmic ethics in Bruno

Abstract: The notion of cosmic ethics, appropriate to the cosmology, antropology and theology in Bruno, needs a systematical formulation, in a characteristically prophetic way of thought to whose it was given a gradual expression and in a cultural context whose marks matter to discriminate, so committed was its intervention in fighting in a time of dramatic social transition. Nevertheless its authenticity, rather always creased and specially in Carta Íntima, which introduces the volume A ideia de Deus, it will be comprehended, however, in the process of modernity overcoming, undertaken by a specific group of authors who, from the second half of nineteenth century, responded to the efforts, successively frustrated, which had tried to impose it, through political, social and cultural instances, claiming the urgency in reversing the orientation present until the quake in 1755. The dynamics and dialectics which contain this notion, from their derived nature, are inseparable, because both in a personal, cultural and spiritual dimension, they will appreciate themselves, not according to valid schemes to societies that speak French, German and Anglo-Saxon languages, but before in an autonomist statement, whose universal meaning patents in the five continents, more than five centuries ago, especially in Brazil, as he has shown. To summarize, the notion of cosmic ethics will gain only being considered as a topic which, emerging from Junqueiro, Bruno and Leonardo's writings, for instance, but in its way also in Vicente, Eudoro and Agostinho, inserts itself in the process of elaboration of a still little defined worldview, whose virtualities are, however, promising.

Keywords: Bruno; Ethics; Philosophy.

Data de registro: 31/05/2013

Data de aceite: 23/08/2013